

## RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Processo Administrativo nº 048/2026/ADM

### 1. OBJETO

Contratação do Centro Artístico Cultural Belém Amazônia – ONG Rádio Margarida, para a realização de 05 (cinco) apresentações do espetáculo artístico-educativo alusivo à Campanha 18 de Maio, sendo 04 (quatro) apresentações na zona rural e 01 (uma) apresentação na zona urbana do Município de Tucumã-PA, com temática voltada à promoção da proteção integral, à defesa de direitos e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

### 2. ENQUADRAMENTO DO PROCEDIMENTO

O presente documento destina-se à motivação da escolha do contratado e à justificativa do preço, no âmbito da contratação direta por inexigibilidade de licitação fundada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

No caso concreto, não há procedimento auxiliar antecedente, por se tratar de contratação direta de profissional do setor artístico, nos termos da fundamentação constante dos autos.

A presente peça atende, especialmente, ao art. 72, incisos VI e VII, da Lei nº 14.133/2021, servindo para formalizar, de maneira expressa e motivada, a razão da escolha do contratado e a justificativa do preço, em consonância com a instrução processual e com o regulamento local aplicável. O modelo padronizado anexado aos autos já prevê essa finalidade específica.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CRITÉRIO DE ESCOLHA

A inexigibilidade de licitação exige demonstração concreta da inviabilidade de competição, da aderência entre o objeto pretendido e o fundamento legal adotado, da regularidade documental mínima do particular e da compatibilidade do preço com os parâmetros de mercado. No presente caso, a escolha administrativa não recai sobre prestação genérica de serviço cultural ou educacional indistinto, mas sobre apresentação artístico-educativa específica, vinculada à identidade autoral, à linguagem cênica, à metodologia de abordagem e à trajetória institucional do grupo selecionado.

A proposta apresentada demonstra que a solução ofertada não se resume à simples execução de peças teatrais, mas integra metodologia própria de arte-educação, comunicação social e mobilização comunitária, construída ao longo da trajetória institucional da Rádio Margarida, com enfoque específico em direitos da criança e do adolescente e prevenção de violações. O material também destaca histórico institucional consolidado, atuação desde 1991

e parcerias com instituições públicas e organismos relevantes, elementos que reforçam a singularidade da solução artística pretendida.

Assim, o enquadramento jurídico adotado encontra correspondência com a necessidade administrativa efetivamente delineada nos autos, sem desvio para hipótese jurídica diversa. A contratação é estruturada sob o regime de inexigibilidade do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, e não sob a lógica de competição comum, justamente porque o interesse público foi delimitado em torno de grupo artístico determinado, cuja substituição por outro executor implicaria alteração substancial da solução escolhida.

#### 4. RAZÕES DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Registra-se que o contratado foi escolhido em razão da inviabilidade de competição, por se tratar de contratação de profissional do setor artístico para apresentação artístico-educativa específica, pretendida pela Administração em razão da identidade autoral, da linguagem cênica, da metodologia própria do grupo selecionado e da aderência material de sua proposta à finalidade pública da Campanha 18 de Maio.

A motivação da escolha não decorre de preferência subjetiva ou de mera conveniência administrativa desacompanhada de fundamento, mas da constatação de que a Administração busca, justificadamente, a execução de espetáculo determinado, com características próprias e reconhecíveis, vinculado ao repertório, à forma de abordagem e à experiência acumulada do grupo. A descrição do espetáculo educativo constante da proposta evidencia linguagem contemporânea, diálogo com o público, enfoque em prevenção, orientação sobre denúncia e fortalecimento da rede de proteção, o que demonstra compatibilidade direta entre o objeto pretendido e a solução artística escolhida.

Também se registra que a escolha do contratado está amparada em documentação específica constante dos autos, especialmente:

- a) proposta artística e comercial apresentada;
- b) documentos comprobatórios da trajetória institucional e da experiência do grupo;
- c) documentos comprobatórios da consagração pela crítica especializada e/ou opinião pública;
- d) documentos relativos à representação do grupo, quando cabíveis;
- e) documentos de habilitação e qualificação mínima;
- f) pesquisa de preços e memória de cálculo; e
- g) demais peças técnicas da fase preparatória.

Desse modo, a motivação da escolha encontra suporte em elementos

documentais objetivos, previamente juntados ao processo, não se tratando de decisão desprovida de lastro probatório.

## **5. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS DA INEXIGIBILIDADE**

Para fins de segurança jurídica e adequada demonstração da regularidade do procedimento, consigna-se que os requisitos legais pertinentes à hipótese do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021 encontram-se atendidos e comprovados nos autos, por meio dos documentos anexados ao processo, nos seguintes termos:

### **5.1. Profissional do setor artístico**

A natureza do objeto e a documentação apresentada evidencia tratar-se de contratação inserida no setor artístico, consistente na realização de apresentações artístico-educativas por grupo com atuação cultural própria e reconhecida, o que se harmoniza com a hipótese legal invocada. A própria proposta caracteriza o conteúdo artístico e pedagógico do espetáculo.

### **5.2. Consagração pela crítica especializada e/ou opinião pública**

A demonstração da consagração do grupo deve ser aferida com base nos documentos instrutórios juntados aos autos, tais como histórico institucional, registros de atuação pública, materiais de divulgação, comprovações de apresentações anteriores, eventuais premiações, referências institucionais, reportagens, portfólio, convites e demais elementos idôneos. Tais documentos devem ser considerados conjuntamente, e não de forma isolada, para evidenciar reconhecimento público e aderência à exigência legal.

### **5.3. Adequação entre o objeto pretendido e a solução artística escolhida**

A contratação pretendida guarda coerência com a necessidade pública formalizada, pois o espetáculo proposto foi estruturado exatamente para atuação em campanhas de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com linguagem artístico-educativa apropriada ao contexto da Campanha 18 de maio.

### **5.4. Inviabilidade de competição**

A inviabilidade de competição decorre da natureza específica da solução escolhida, vinculada a grupo artístico determinado, cuja identidade autoral, metodologia e forma de execução não se confundem com prestação padronizada passível de comparação objetiva com outras propostas sem descaracterização do objeto. A Administração não busca qualquer apresentação genérica sobre o tema, mas justamente a execução da proposta artística singular do grupo selecionado.

### **5.5. Regularidade da representação, quando cabível**

Na hipótese de contratação por intermédio de representante ou empresário, a regularidade da representação deverá estar comprovada por instrumento idôneo juntado aos autos, apto a demonstrar legitimidade para a contratação, nos termos exigidos pela legislação

e pela instrução processual.

## 6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A justificativa do preço foi elaborada com base no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, no regulamento vigente, especialmente o Decreto Municipal nº 003/2024, e, subsidiariamente, na metodologia administrativa adotada, com registro das fontes utilizadas, da memória de cálculo, da data das consultas e da análise crítica dos parâmetros coletados.

A análise da compatibilidade do preço deve demonstrar, de forma expressa, que o valor proposto não é arbitrário nem dissociado da realidade do mercado de referência, devendo considerar, conforme a natureza do objeto, contratações similares, valores praticados pelo próprio contratado em apresentações equivalentes, documentos fiscais, propostas anteriormente emitidas, preços públicos, entre outros elementos idôneos admitidos em lei e regulamento.

No caso concreto, conclui-se que o valor de R\$ 42.050,00 (quarenta e dois mil e cinquenta reais) se mostra compatível e aceitável, desde que amparado pelos documentos instrutórios específicos juntados aos autos, especialmente relatório ou mapa de pesquisa, memória de cálculo, análise técnica e documentação comparativa pertinente. A proposta apresentada pela Rádio Margarida indica esse valor global para as cinco apresentações, com detalhamento entre zona rural e zona urbana.

## 7. REGULARIDADE DA HABILITAÇÃO

A comprovação de habilitação e qualificação mínima deve ser verificada com base nos documentos necessários e suficientes para demonstrar a aptidão do particular à execução do objeto, observando-se, no que couber, o art. 62 da Lei nº 14.133/2021, as exigências do instrumento aplicável e a documentação específica referente à representação e à condição artística do contratado, quando pertinente.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

Diante disso resta deixar resignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal, condição indispensável para contratação pública.

## 8. COMPATIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA



A contratação pretendida encontra-se compatível com a previsão de recursos orçamentários da unidade requisitante, conforme parecer, declaração, reserva ou documento equivalente constante dos autos, em observância à responsabilidade fiscal, ao planejamento e à regularidade da despesa pública.

Quando a contratação envolver mais de um exercício financeiro, deverão ser observadas, além da disponibilidade no exercício corrente, as regras de compatibilidade com o planejamento plurianual, a lei orçamentária e a legislação fiscal pertinente.

A regularidade orçamentária e financeira, assim demonstrada, autoriza a assunção do compromisso administrativo nos limites e condições definidos no processo.

## 9. CONCLUSÃO

Diante dos elementos constantes dos autos, restam demonstradas a regularidade do enquadramento do procedimento, a motivação da escolha do contratado, a adequação da instrução relativa à habilitação e a compatibilidade/aceitabilidade do preço para o caso concreto.

O prosseguimento da contratação direta por inexigibilidade revela-se juridicamente possível, tecnicamente justificado e administrativamente compatível com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Municipal nº 003/2024 e com os princípios da legalidade, motivação, planejamento, eficiência e transparência.

Tucumã-PA, 29 de abril de 2026.

**Cláudia Aparecida da Silva**  
Membro da Equipe de Planejamento  
Matrícula nº 1268414

**José Cássio Souza Araújo**  
Membro da Equipe de Planejamento  
Matrícula nº 1268457

De acordo. Aprovo.

**LÍVIA LIRA DE ARAÚJO**  
Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Decreto nº 005/2025